

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 08 dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezenove, presente de um lado o CISRJ - Consórcio Público Interfederativo De Saúde Da Região De Jequié-BA, Estado da Bahia, por intermédio da Diretoria Executiva, neste ato representado pelo Senhor(a) Diretora Patrícia Miranda Brandao Santana, doravante denominado CONSÓRCIO, e do outro as empresas, TERRA MARINHO LTDA inscrito no cnpj: 07.383.325/0001-40 localizada na Av. Castelo Branco, n. ° 07-A, centro, cep: 45200-250, Jequié-BA, TRAMEP SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI incrito no cnpj: 32.604.332/0001- 71 localizada na AV. Presidente medici, s/n, bairroent. De jaguaguara-ba, cep 45.345-000, NOVA DIESEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTORES LTDA inscrito no cnpj: 08.490.889/0001-44 localizada na Rua Alexandre lima, s/n, quadra 68, lote 547, bairro Antonio lourenço, cep: 45.570-000 Ipiaú-BA e J SOM E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS EIRELI - ME, inscrito no cnpj: 13.388.691/0001-94 localizada na Praça Coronel João Borges, 07, centro, cep: 45.200-140, Jequié-BA. simplesmente denominadas de FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTROS DE PREÇOS**, conforme homologação publicada em 07/01/2019, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 011/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS objetivando a Contratação de empresa do ramo para fornecimento de peças e serviços mecânicos, para veículos do CISRJ- Consorcio Público interfederativo de Saúde da Região de Jequié, através do menor preço por lote, relacionados no Anexo I e II do Edital, nos termos da Lei n.º 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Decretos nº 01 e 08/2017 de 13/11/2017, consoante as seguintes cláusulas e condições:**

OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro dos preços classificados, conforme especificações e condições constantes no **Anexo I** do mesmo instrumento, no qual estão contemplados o prazo de execução e a estimativa das quantidades a serem provavelmente adquiridas ou utilizadas pela Administração, na medida das suas necessidades e segundo a conveniência do serviço público, e que a este termo integram, como se transcritas.

1.2. O prazo de validade do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura desta Ata, não sendo admitida prorrogação, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes.

1.3. O prazo de entrega será de até 2 (DIAS) dias úteis, a contar da AFM - Autorização de Fornecimento de Material pelo fornecedor

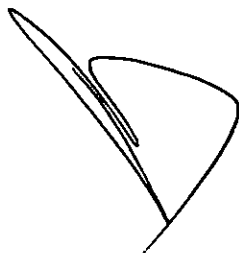
1.4 A(s) contratação(ões) derivadas do registro obedecerão às condições da minuta de contrato constante do **Anexo V** deste Instrumento, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento **equivalente**, desde que presentes as condições do art. 62 da Lei Federal 8.666/93.

1.5 É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.6 Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que efetue as contratações nas oportunidades e quantidades de que necessitar, até o limite estabelecido.

1.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições

2. PREÇO





2.1. Os preços a serem praticados encontram-se especificados no **Anexo a proposta de preço final das empresas.**

2.2. Nos preços registrados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

2.3 O órgão ou entidade responsável pelo gerenciamento do Registro de Preços disponibilizará no *Diário Oficial do Consórcio de Saúde de Jequié*, Estado da Bahia os preços registrados, para orientação dos demais órgãos e entidades da Administração Pública do Consórcio.

2.4. O preço a ser pago será o vigente na data da apresentação da proposta inicial ou da nova proposta apresentada quando da repetição do julgamento, independentemente do preço em vigor na data da entrega do objeto.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da execução de cada contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente a cada órgão ou entidade solicitante.

4. CONTRATAÇÃO

4.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante deverá manter, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ficando esclarecido que, nos termos do parágrafo único do art. 18 do Decreto nº 08/2017 de 13/11/2017, não serão contratados os fornecedores ou prestadores de serviço que não estejam com documentação regular.

4.2 O fornecedor será convocado para assinatura do contrato, juntamente com a AFM no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação.

4.3 Os órgãos e entidades solicitarão ao fornecedor, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade do Registro de Preços, os quantitativos dos materiais ou serviços de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos neste edital e a ordem de classificação das propostas.

4.4 Os órgãos e entidades, observados os critérios e condições estabelecidas neste edital, poderão contratar, concomitantemente, com dois ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do bem ou serviço do licitante e obedecida a ordem de classificação das respectivas propostas.

4.5 Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, no prazo de <05> (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento da convocação, a Administração poderá chamar os demais licitantes que tenham os seus preços registrados, obedecendo a ordem de classificação, e propor a contratação do fornecimento dos materiais ou dos serviços registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, respeitado o disposto no Decreto nº 08/2017 de 13/11/2017, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93. .

4.6 Na hipótese de os demais licitantes não aceitarem a contratação pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, a Administração poderá contratar os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que os mesmos sejam compatíveis com a média de mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

4.7 A assinatura do contrato ou do instrumento equivalente deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

4.8 Em consonância com o art. 19 do Decreto nº 08/2017 de 13/11/2017, os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei nº 10.520/02 e 8.666/93, inclusive quanto aos prazos de vigência.



4.8.1. A alteração ou revisão de preços registrados em Ata não implica em revisão dos preços dos contratos decorrentes do respectivo Registro de Preços, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

4.8.2. O fornecedor ou prestador de serviços fica obrigado a aceitar nas mesmas condições constantes na Ata de Registro de Preço, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada para cada item registrado.

4.9 As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado, através de crédito em conta corrente, no prazo de até 20 (dias) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento definitivo do objeto licitado.

5.2 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

5.3 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir da regularização da pendência por parte da contratada.

5.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

5.5 Em conformidade com o art. 40 da Federal 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

6. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

6.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições previstas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

6.2. A revisão de preços **registrados em Ata** poderá ser realizada a pedido do beneficiário do registro, ou por iniciativa da Administração, nos termos do §1º do art. 12 do Decreto nº 08/2017 de 13/11/2017, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve os preços dos serviços ou bens registrados, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços e disponibilizando-o no site oficial

6.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - liberar o fornecedor do compromisso assumido, na hipótese em que resultar frustrada a negociação;
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, na hipótese da comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- III - instaurar processo administrativo para aplicação de sanção, quando o fornecedor de material ou o prestador de serviço, detentor de preço registrado, não honrar os compromissos assumidos em decorrência das Autorizações de Fornecimento de Material - AFM e Autorizações de Fornecimento de Serviço - APS, respectivamente, para as quais tenha sido convocado até a data da solicitação de negociação ou cancelamento do preço registrado, ou não comprovar a veracidade das alegações apresentadas no pleito de negociação.

6.5. No processo de negociação, o fornecedor ou o prestador de serviços somente poderá apresentar novo preço para o item de sua proposta comercial que teve preço classificado na respectiva licitação para o Registro de Preços.

6.5.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à suspensão do item da Ata de Registro de Preços, liberando os órgãos e entidades para a adoção das medidas necessárias para a contratação do item.

6.6. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revistos nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

6.7. A alteração ou revisão de preços registrados em Ata não implica em revisão dos preços dos contratos decorrentes do respectivo Registro de Preços, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

6.8. Em nenhuma hipótese serão registrados preços que se apresentem superiores aos de mercado.

7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Competirá ao Contratante e ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

7.1.1 Competirá ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- c) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- d) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- e) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- f) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

7.1.2 Competirá ao Órgão Contratante do Registro de Preços:

- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- b) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- c) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- d) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- e) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;





- f) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- g) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- h) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

7.2 O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93, sendo certo que esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratado, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

7.3 O contratante rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de fornecimento em desacordo com as especificações do objeto da licitação.

7.4 O fornecedor se comprometerá a atender com presteza às reclamações sobre a qualidade e pontualidade do fornecimento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Consórcio.

7.5. Em caso de divergência entre a AFM e a Nota Fiscal/Fatura ou entre os produtos efetivamente entregues, o Fornecedor será notificado para retirá-los imediatamente, sendo a ocorrência comunicada ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços para adoção das providências cabíveis.

PENALIDADES

8.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 89 a 99 da Lei Federal 8.666/93, sujeitando-se o infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
- III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

8.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

8.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

8.2.4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.



As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.3. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos artigos 88 a 99 da Lei Federal 8.666/93.

8.4. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

8.5. O registro de preço do fornecedor ou do prestador de serviços poderá ser cancelado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, quando:

- I - não forem cumpridas as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- II - injustificadamente, o fornecedor ou prestador de serviço deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços;
- III - o fornecedor ou prestador de serviço der causa à rescisão administrativa de contrato, decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados nos incisos do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

9. RESCISÃO

9.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Federal 8.666/93.

9.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

9.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do do art. 79 do mesmo diploma.

9.4. Em consonância com o artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, o registro poderá ser cancelado por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.5. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente ou cancelados pela Administração, nas seguintes hipóteses:

- I - quando se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- II - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

9.5.1. A comunicação do cancelamento do preço registrado do fornecedor ou prestador de serviços, nas hipóteses previstas neste item será feita por escrito, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

9.5.2. Na hipótese prevista no inciso I do item 9.5, antes da suspensão ou cancelamento, a Administração poderá proceder à negociação com o fornecedor ou prestador de serviços, visando à revisão para a redução do preço registrado a fim de compatibilizá-lo com os praticados no mercado.

9.5.3. No caso de ser ignorado ou incerto o endereço do fornecedor ou prestador de serviço, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial, considerando cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

9.6. O fornecedor ou o prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do preço registrado, mediante justificativa escrita, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração, que comprove a impossibilidade temporária ou definitiva de cumprir as exigências deste instrumento convocatório.



9.6.1. A apreciação do pedido deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, durante o qual o beneficiário do registro fica obrigado a garantir o fornecimento do material ou a execução dos serviços, sendo que este prazo poderá ser prorrogado, caso haja necessidade de diligência para complementar a análise do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO


Integra a presente Ata, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo constante do Edital e nos seus anexos.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO

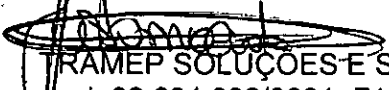
As partes elegem o Foro da Cidade do Jequié, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.


E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Jequié-BA - BA, 08 de janeiro de 2018


CISRJ - Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Jequié
CNPJ: 26.037.369/0001-62
CONTRATANTE


TERRA MARINHO LTDA
cnpj: 07.383.325/0001-40
Contratada


TRAMEP SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI
cnpj: 32.604.332/0001-71
Contratada


NOVA DIESEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTORES LTDA
cnpj: 08.490.889/0001-44
Contratada


J SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS EIRELI - ME,
cnpj: 13.388.691/0001-94
Contratada

25.224.144/0001-52
J SOM E ACESSÓRIOS
AUTOMOTIVOS EIRELI-ME
PÇ. CORONEL JOÃO BORGES, 07
CENTRO CEP. 45.200-140
JEQUIÉ-BA



VENCEDORA DO LOTE I EMPRESA: TRAMEP SOLUÇÕES EIRELLI

CNPJ: 32.604.332/0001-71

Item	LOTE I - PEÇAS MICRO-ONIBUS VOLKS 9-160	UND	MARCA	Quant	V.Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ALTERNADOR 24V, ORIGINAL OU GENUINO	UND	BOSCH	5	R\$1.500,00	R\$7.500,00
2	AMORTECEDOR DIANTEIRO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	COFAP	26	R\$185,00	R\$4.810,00
3	AMORTECEDOR TRASEIRO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	COFAP	26	R\$170,00	R\$4.420,00
4	BUCHA DE AMORTECEDOR, ORIGINAL OU GENUINO	UND	AXIOS	134	R\$12,50	R\$1.675,00
5	BUCHA DO ESTABILIZADOR, ORIGINAL OU GENUINO	UND	AXIOS	94	R\$17,00	R\$1.598,00
6	BUXHA FEIXO DE MOLA, ORIGINAL OU GENUINO	UND	AXIOS	10	R\$26,39	R\$263,90
7	CATRAÇA DE FREIO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	MASTER	5	R\$425,00	R\$2.125,00
3	CORREIA DO ALTERNADOR, ORIGINAL OU GENUINO	UND	GOODYER	13	R\$63,00	R\$819,00
9	EMBUXAMENTO, ORIGINAL OU GENUINO	JG	VANNUCI	13	R\$380,00	R\$4.940,00
10	ESGUICHAMENTO DE AGUA, ORIGINAL OU GENUINO	UND	FCONFORTO	13	R\$27,00	R\$351,00
11	FAROL AUXILIAR, ORIGINAL OU GENUINO	UND	ORGUS	13	R\$195,00	R\$2.535,00
12	FECHADURA DA PORTA, ORIGINAL OU GENUINO	UND	UNIVERSAL	3	R\$450,00	R\$1.350,00
13	FEIXO DE MOLA DIANTEIRO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	OBENAU	10	R\$870,11	R\$8.701,10
14	FEIXO DE MOLA TRAZEIRO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	OBENAU	10	R\$515,00	R\$5.150,00
15	GRAMPO FEIXO DE MOLA, ORIGINAL OU GENUINO	UND	FAMA	10	R\$37,00	R\$370,00
16	LAMPADA DE FAROL REF. H4, ORIGINAL OU GENUINO	UND	OSRAM	62	R\$29,00	R\$1.798,00
17	LANTERNAS, LED ORIGINAL OU GENUINO	UND	SINALSUL	26	R\$1.499,00	R\$38.974,00
18	LÂMPADAS DE LED TUBULAR 20W 120cm	UND	OSRAM	26	R\$30,00	R\$780,00
19	LONAS DE FREIO, ORIGINAL OU GENUINO	JG	FRASLE	30	R\$138,00	R\$4.140,00
20	MOLA DO PATINHO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	OBENAU	30	R\$12,00	R\$360,00
21	PALHETAS DO PARABRISA, ORIGINAL OU GENUINO	UND	DYNA	32	R\$63,00	R\$2.016,00
22	PINO DE CENTRO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	AUTO FIX	62	R\$15,00	R\$930,00
23	PONTEIRAS, ORIGINAL OU GENUINO	UND	SPICER	26	R\$120,00	R\$3.120,00
24	RADIADOR, ORIGINAL OU GENUINO	UND	VALEO	3	R\$2.000,00	R\$6.000,00
25	REPADO DE CUIÇA, ORIGINAL OU GENUINO	UND	CIPEC	26	R\$130,00	R\$3.380,00
26	RETROVISORES, ORIGINAL OU GENUINO	UND	MG	26	R\$180,00	R\$4.680,00
27	ROLAMENTO DE CENTRO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	COBRA	13	R\$178,00	R\$2.314,00
28	VÁLVULAS DE FREIO, ORIGINAL OU GENUINO	UND	WABCO	13	R\$800,00	R\$10.400,00
Total do lote(CENTO E VINTE E CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS)						R\$125.500,00



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO
DE SAÚDE DA REGIÃO DE JEQUIÉ

Olav
CISRJ - Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Jequié
CNPJ: 26.037.369/0001-62

CONTRATANTE

Guilherme Otávio Santana
TERRA MARINHO LTDA
cnpj: 07.383.325/0001-40

Contratada

Adriano
TRAMEP SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI
cnpj: 32.604.332/0001-71

Contratada

Adenor Danilo Sampaio Serruira
NOVA DIESEL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTORES LTDA
cnpj: 08.490.889/0001-44

Contratada

Adriano Dias Neves
J SOM E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS EIRELI - ME,
cnpj: 13.388.691/0001-94

Contratada

25.224.144/0001-52

J SOM E ACESSÓRIOS
AUTOMOTIVOS EIRELI-ME
PÇ. CORONEL JOÃO BORGES, 07
CENTRO CEP. 45.200-140
JEQUIÉ-BA